VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS II

Copyright © 2025 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU – São Paulo
Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Fernando Passos – UNIARA - São Paulo
Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia
Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal
Comunicação:
Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão
Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM – São Paulo
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará
Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI – Santa Catarina
Educação Jurídica
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP
Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello – UFMS – MS
Eventos:
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo
Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina
Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ
Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG
Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

F723
Formas consensuais de solução de conflitos II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI
Coordenadores: Agatha Gonçalves Santana; Horácio Monteschio; Valter Moura do Carmo. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5274-140-0
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Direito Governança e Políticas de Inclusão

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Formas consensuais. 3. Solução de conflitos. VIII Encontro Virtual do CONPEDI (2; 2025; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS II

Apresentação

Apresentação

Com grande satisfação, registramos a realização do VIII Encontro Virtual do CONPEDI, ocorrido entre os dias 24 e 28 de junho de 2025, sob o tema “Direito, Governança e Políticas de Inclusão”. O evento reafirmou seu papel como um dos principais espaços de diálogo e difusão científica no campo jurídico, reunindo pesquisadores de diferentes regiões do país em um ambiente virtual acessível, dinâmico e inclusivo.

No âmbito dessa programação, tivemos a honra de coordenar o Grupo de Trabalho “Formas Consensuais de Solução de Conflitos II”, que se consolidou como um espaço plural e qualificado de reflexão sobre os caminhos alternativos à judicialização. Os trabalhos apresentados demonstraram a maturidade crescente da pesquisa voltada à mediação, conciliação, negociação, justiça restaurativa e demais métodos autocompositivos, tanto no plano teórico quanto prático.

Com o objetivo de favorecer o aprofundamento temático e a articulação entre os diferentes enfoques apresentados, os coordenadores organizaram os artigos em quatro blocos temáticos:

Bloco 1 – Justiça Restaurativa, Fraternidade e Novas Perspectivas Humanizadas do Conflito

Bloco 2 – Autocomposição, Mediação e Políticas Públicas de Resolução de Conflitos

Bloco 3 – Autocomposição em Conflitos Socioambientais, Fundos Complexos e Direitos de

A seguir, apresentam-se os artigos aprovados e apresentados no Grupo de Trabalho “Formas Consensuais de Solução de Conflitos II”, organizados segundo os blocos temáticos definidos pela coordenação:

Bloco 1 – Justiça Restaurativa, Fraternidade e Novas Perspectivas Humanizadas do Conflito

Este bloco reúne trabalhos que propõem uma reinterpretação das práticas jurídicas a partir de valores como empatia, diálogo e reconciliação. As pesquisas exploram a justiça restaurativa como uma via alternativa à lógica punitivista tradicional, ressaltando seu potencial para promover soluções mais humanizadas, transformadoras e socialmente inclusivas nos processos de conflito. Trabalhos apresentados:

1. A abordagem restaurativa dos conflitos como contribuição para uma sociedade fraterna

2. Justiça restaurativa como alternativa no Jecrim: fundamentos e casos de sucesso

3. Justiça restaurativa e a cooperação no âmbito da fase investigatória criminal: o projeto Pacificar – experiência da Polícia Civil do Estado do Acre

4. A interseção entre o princípio da fraternidade e a mediação de conflitos: perspectivas para o século XXI

5. Humanizando o Direito: a visão sistêmica, o incômodo e a rejeição sobre a aplicação da constelação familiar à vivência jurídica

Bloco 2 – Autocomposição, Mediação e Políticas Públicas de Resolução de Conflitos

Os artigos deste bloco abordam os instrumentos autocompositivos sob a perspectiva de sua

3. Central de triagem de mediação nos juizados especiais cíveis de Fortaleza: estudo de viabilidade e contribuição para a efetividade da política pública de autocomposição

4. O poder do acordo: como a mediação fortalece vínculos e soluciona conflitos

5. A mediação na gestão de conflitos fundiários

6. O emprego de métodos consensuais na resolução de conflitos coletivos agrários no Maranhão: estudo de caso sobre a atuação do Poder Judiciário no conflito da comunidade "Baixão dos Rochas"

Bloco 3 – Autocomposição em Conflitos Socioambientais e Direitos de Minorias

Neste bloco, os trabalhos tratam da aplicação de métodos consensuais em contextos marcados por desigualdades estruturais e conflitos de alta complexidade, como aqueles que envolvem questões ambientais, populações tradicionais e grupos em situação de vulnerabilidade. Os textos destacam a importância da escuta ativa, da participação social e do desenho de soluções sensíveis às especificidades desses cenários. Trabalhos apresentados:

1. A resolução consensual de conflitos em matéria socioambiental: caminhos para a solução da extração de cloreto de potássio em Autazes-Amazonas-Brasil

2. É possível conciliar o marco temporal e o marco ancestral? Comissão Especial para Conciliação no Supremo Tribunal Federal – STF

3. Conflitos nas relações internacionais: o Exército de Resistência do Senhor

Bloco 4 – Autonomia da Vontade, Autocomposição em Direito Privado e Teoria dos Jogos

2. A Emenda Constitucional nº 66 e a expansão da solução extrajudicial dos conflitos no direito de família

3. Análise crítica e ponderação entre os desafios e os benefícios da extrajudicialização de inventários e divórcios envolvendo incapazes permitida pela Resolução n. 571/2024 do Conselho Nacional de Justiça

4. A relevância da Lei de Arbitragem na consolidação da autonomia da vontade nos contratos internacionais à luz do PL n.º 1.038/2020 e do art. 2º da Lei n.º 9.307/1996

5. O equilíbrio de Nash e sua aplicação nos meios de autocomposição no Brasil: a teoria dos jogos na cooperação processual

Os artigos aqui reunidos refletem o compromisso da comunidade acadêmica com a construção de uma cultura de paz, a democratização do acesso à justiça e o fortalecimento de práticas jurídicas mais dialógicas, eficientes e sensíveis às especificidades sociais dos conflitos contemporâneos.

Boa leitura!

Profa Dra Agatha Gonçalves Santana (Universidade da Amazônia - UNAMA)

Prof. Dr. Horácio Monteschio (Universidade Paranaense - UNIPAR)

Professor Doutor Valter Moura do Carmo (Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos - ESMAT e UFT)

CONFLITOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS O EXÉRCITO DE RESISTÊNCIA DO SENHOR

CONFLICTS IN INTERNATIONAL RELATIONS THE LORD'S RESISTANCE ARMY

Sene Sonco [1]

Resumo

Este trabalho discorre sobre o conflito do Exército de Resistência do Senhor (ERS) e seu líder, Joseph Kony, contra o governo do presidente de Uganda, Yoweri Museveni, conflito esse que perdura por mais de 25 anos e que tem causado imensurável tragédia humanitária, não só em Uganda, mas por todos os países vizinhos, no qual o ERS se estabeleceu. Inicialmente, explica-se o motivo do apelo ao tema proposto, antes de se traçar um perfil histórico da região afetada pelo conflito, para se falar, finalmente, das influências e do início do grupo rebelde. Essas três etapas precedentes desaguarão na discussão sobre a questão humanitária, momento em que se evidenciará o desastre humanitário, provocado por ambos os atores do mencionado conflito, originalmente não internacional, mas internacionalizado. Para atingir tal fim, a metodologia a ser utilizada é a pesquisa exploratória atravez de analise de documentos e revisão bibliográfica, que abrange livros, artigos científicos e entrevistas com especialistas na área em questão, a teoria a serem abordados estudos colonial e pós-colonial.

Palavras-chave: Uganda, Kony, Exército, Deslocados, Interno

Abstract/Resumen/Résumé

This paper discusses the conflict between the Lord’s Resistance Army (LRA) and its leader, Joseph Kony, against the government of Ugandan President Yoweri Museveni—a conflict that has lasted for over 25 years and has caused immeasurable humanitarian tragedy, not only in Uganda but also in all neighboring countries where the LRA has operated. Initially, the reason for choosing this topic is explained, followed by a historical overview of the region

INTRODUÇÃO

KONY 2012

Em março de 2012, o nome de um homem se tornou o assunto mais discutido na *internet*: Kony. (THE GUARDIAN ONLINE, 2012) O documentário *Kony 2012*, criado pela organização, sem fins lucrativos, *Invisible Children*, espalhou-se viralmente nos sites de compartilhamento de vídeos e foi assistido por mais de 100 milhões de vezes. Tal documentário, parte da *Campanha Stop Kony*, que, com a ajuda das redes sociais e do apoio de celebridades, (EONLINEm 2012), pretendeu fazer com que o líder rebelde ugandense Joseph Kony fosse mundialmente conhecido, para que ele fosse capturado em dezembro de 2012. (BBC NEWS ONLINE, 2012)

O citado documentário recebeu críticas diversas da comunidade internacional. William Anthony Lake, o diretor executivo da UNICEF e ex-conselheiro de segurança nacional, no mandato de Bill Clinton, durante o genocídio em Ruanda, em 1994, quando perguntado sobre o potencial viral do vídeo, sugeriu que o tipo de atenção pública teria salvado vidas em Ruanda e Darfur. (THE NEW YORK TIMES, ONLINE) Opondo-se a esses argumentos, Alexander William de Waal, um pesquisador britânico sobre a África e diretor executivo da *World Peace Foundation*, afirmou que

> Millions of young Americans are being told about a bizarre and murderous African cult. (…) The apologists for Invisible Children call this "raising awareness." I call it peddling dangerous and patronizing falsehoods. (WORLD PEACE FOUNDATION ONLINE, 2012)

À parte dos argumentos, a campanha trouxe atenção às ações de Joseph Kony e a sua insurgência do Exército de Resistência do Senhor. Como resultado, o Congresso dos EUA passou uma resolução não vinculativa para ajudar militarmente os esforços dos países afetados, no combate ao exército guerrilheiro.

I. *Pano de Fundo Histórico: Uganda antes do ELS*

No início do século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo[1] industrial, o continente africano sofreu um processo chamado neocolonialismo. Durante esse processo, alguns países europeus, como a França, o Reino Unido, Portugal, a Bélgica, a Espanha e a

[1] O capitalismo é um sistema econômico baseado no dinheiro e nos lucros de bens privados. Quem possui os bens, como fabricas e empresas, contrata quem não possui bens e vende sua força de trabalho" (BENDER E DUARTE, 2021, p. 01).

Alemanha, exerceram sua influência tanto política quanto econômica e cultural em outros países. Em 1884, a Conferência de Berlin criou regras para a ocupação europeia na África. Alguns dos resultados dessa conferência foram a formação de grande parte das atuais fronteiras do continente, assim como a eliminação de qualquer governo autônomo e independente. A divisão da África aconteceu de maneira arbitrária, sem o respeito pelas diferenças étnicas e culturais de cada povo. Isso contribuiu para a aparição de muitos conflitos dentro do continente africano, a maioria deles causados por tribos que acabaram ocupando a mesma área de suas rivais.

Uganda foi um protetorado do Império Britânico, de 1894 a 1962. Quando os primeiros britânicos chegaram ao atual território do país, eles encontraram vários reinos de diferentes tribos. Os oficiais britânicos usaram programas de controle de doenças do sono, para mover as populações e concentrá-las segundo sua conveniência administrativa. Foi dessa maneira que os Acholis, a "tribo" de Joseph Kony, e outras "tribos" vizinhas foram divididos em grupos separados. Isso não significa que as identidades étnicas não existiam antes da administração britânica. (ALLEN; VLASSENROOT, 2010).

As duas tribos principais eram os Acholis, ao norte, e os Buganda, ao sul. A região sul era mais rica e se tornou o centro do desenvolvimento agrícola, principalmente por conta de seu solo rico e fértil. Contrariamente, o norte era mais pobre que o sul. Os Acholis e outros grupos étnicos do norte forneciam muito do trabalho manual e formavam a maioria dos militares. Depois da independência de Uganda, os grupos étnicos continuaram a competir uns com os outros, dentro do novo sistema político do país. Um importante traço que permaneceu da antiga administração britânica foi a divisão do território em reinos de fala Bantu, ao sul, e povos sudânicos e nilóticos, ao norte. Tal formatação sociopolítica é um legado que continua e que impede ao desenvolvimento de uma nação ugandense integrada. (ALLEN; VLASSENROOT, 2010)

Uganda tornou-se independente em 1962. Em fevereiro de 1966, o Primeiro Ministro Milton Obote, que é da tribo Langi, ao norte, suspendeu a constituição; tomou todos os poderes governamentais; e depôs o presidente e o vice-presidente. Em setembro de 1967, uma nova constituição proclamou Uganda uma república, dando ao presidente poderes ainda maior e abolindo os reinos tradicionais. Em 1971, Obote foi deposto por um golpe, liderado por seu comandante de exército Idi Amin. Durante os seis anos de governo de Idi Amin, a economia decaiu; houve desintegração social e grandes violações dos direitos humanos. Um dos primeiros atos de seu regime foi matar os soldados de origem Langi e Acholi no exército, uma vez que estes eram apoiadores do antigo regime de Obote.

Com o aumento da brutalidade de seu regime, Amin foi deposto em 1979, seguindo uma invasão da Tanzânia e, como resultado do que são consideradas eleições falhas, Obote retornou ao poder. Mesmo alguns daqueles que eram contra o regime de Amin não concordaram com o resultado das eleições. Um desses que não estavam dispostos a aceitar as eleições falhas era Yuweri Museveni. Como tinha apoio do sul do país e, juntamente com a antipatia da percepção de uma dominação do norte, Museveni começou uma campanha guerrilheira contra o governo.

O conflito entre o Exército de Resistência Nacional (ERN), de Museveni, e o Exército de Liberação Nacional de Uganda (ELNU), do governo, destruíram parte substancial do país, especialmente, a região de Luwero, norte de Kampala, matando muitos civis. Apesar de o ELNU ser nominalmente o exército do governo, e, por isso, o exército nacional, era composto principalmente de nortistas, predominantemente das tribos Langi e Acholi. Eventualmente, tensões ocorriam mesmo entre as tropas de Acholis e Langis.

Em 1985, as tropas Acholis fizeram uma rebelião e tornou Tito Okello o novo presidente. Okelo imediatamente iniciou negociações com Museveni e um acordo de paz foi assinado em Nairóbi. Apesar desse acordo de paz, o ERN de Museveni continuou a lutar e conquistou a região de Kampala e, depois, o resto do país, forçando Okello a se esconder no Sudão. Depois disso, as forças de Museveni organizaram um governo, tendo-o como presidente. A conquista de Kampala pela ERN aumentou o ódio entre os Acholis e Museveni. Alguns Acholis diziam que Museveni não era confiável e que ele realmente nunca queria uma reconciliação verdadeira. (ALLEN; VLASSENROOT, 2010)

Nas áreas ao norte, como em Acholiland, existe resistência armada contra o governo, desde 1986. Existiram muitos grupos rebeldes através dos anos, incluindo o Exército Democrático do Povo de Uganda e o Movimento do Espírito Santo. Atualmente, o único grupo rebelde que resta é o Exército de Resistência do Senhor, liderado por Joseph Kony.

II. *Joseph Kony e o Exército de Resistência do Senhor: os Primeiros Dias*

Antes de entrar no estudo dos aspectos não materiais do ERS, deve-se ter em mente que, na África, "religious and spiritual practices do not signify irrationality or a 'retraditionalization of society' but rather a rational and important element of contemporary social and political life" e que "religion also is an important factor in civil war and conflict". (TITECA, 2010, p. 69)

Desde sua gênese, o Exército de Resistência do Senhor (ERS) teve muitos nomes e motivações para se formar como um grupo militante, chamando-se, cronologicamente,

Exército Cristão Democrático do Povo de Uganda[2], *Exército Unido da Santa Salvação, Movimento de Resistência do Senhor*, antes da designação atual, *Exército de Resistência do Senhor*, desde 1992, (AL JAZEERA ONLINE, 2011), o que confere à milícia um cunho espiritual-político.

Para compreender as origens da essência da doutrina de Joseph Kony, nascido em 1961, de quem, como um porta-voz dos espíritos, emanam as regras para o grupo, é mister, primeiramente, saber tanto sobre o *Movimento do Espírito Santo* (MES) quanto sobre Alice Auma.

Sucintamente, deve-se dizer que o MES, um movimento rebelde, tentou resolver a crise interna de autoridade da sociedade Acholi e que lutou contra um inimigo em comum, o Exército de Resistência Nacional (ERN), que é ligado ao atual Presidente de Uganda, Yoweri Museveni. Tal movimento se manteve ativo de agosto de 1986 até novembro de 1987, quando foi derrotado perto da capital de Uganda, Kampala, por forças do ERN.

Alice Auma (1956–2007) era uma mulher acholi, que trabalhou como médium espiritual, curandeira e chefe do MES. O espírito mais notório que ela, supostamente, incorporou chamava-se Lakwena ("Mensageiro"), um oficial italiano o qual foi morto pelo exército e no qual o povo acholi acredita ser a imagem do Espírito Santo. Dessa forma, *Alice Auma* é chamada intercambiavelmente de *Alice Lakwena*. Nas palavras de Tim Allen e Koen Vlassenroot (2010, p. 19)

> Alice's movement proved to be surprisingly effective. At the end of 1986 she claimed to have had 18,000 „soldiers". She prayed with her followers at special sites called „yards", and anointed them in oil, promising that if they lived their lives according to the rules, bullets would not penetrate them. Among many other things, „purity" included abstaining from sexual intercourse and alcohol. Soldiers in the NRA were confronted by scores of partly naked, glistening men and women marching towards them, some holding Bibles, others throwing magical objects, and a few wielding guns. In several encounters they seem to have been terrified or just did not know what to do. Initially, most ran away. Such early success brought more and more recruits, with many former Uganda National Liberation Front (UNLA) and Uganda People's Democratic Army (UPDA) soldiers joining her. In October 1987, she left Acholiland with several thousand followers, and led the south in a marauding crusade, overwhelming opposition on the way. They were finally defeated in the swamps to the east of Iganga, some eighty miles from Kampala. Alice escaped on a bicycle, and lived in a refugee camp in Kenya until her death in 2007. She claimed that she abandoned her followers when they revealed impure tendencies during the march south.

[2] A Uganda está localizado no continente africano, ais precisamente na região centro-oriental da África, possui uma extensão territorial de aproximadamente 214.038 km², faz fronteira com 5 países, sendo eles o Quênia, República Democrática do Congo, Ruanda, Sudão do Sul e Tanzânia.

Muitas dessas convicções e práticas foram influências diretas para o ERS. A conexão foi ainda mais longe, a ponto de Kony alegar que era primo de Alice e que seu povo era do mesmo clã dela, o que nunca foi confirmado historicamente.

Quando perguntado diretamente sobre suas proposições, Kony declarou à jornalista alemã Mareike Schomerus, em 2006:

> Many people is now talking about [how] we the LRA, they say that we are fighting for Ten Commandments and we are fundamental. [They say] we are Christian fundamental. We are fighting for Ten Commandments. […] But if I am also fighting for Commandment of God, is it bad? Is it bad? It is not against human right. […] But Museveni is stating in a wrong way that I am fundamentalist, but not. […] But people are turning this word as a propaganda, so that people do not love us. They do not like us, we are fundamental. But I assure you that we are not fundamental people. We are Christian. Like you. Like anybody. We are a believer of God. That there is God, there is Spirit which is controlling the whole world [but] which is not seen by the eye.

O contexto espiritual também está conectado à vida ordinária na selva e no campo de batalha. Na entrevista, Kony afirmou que a religião do grupo é cristã e que, apesar da falta de alimentos e remédios, os espíritos dizem quais ervam coletar, quando alguém fica doente; ou, ainda, quando eles devem se engajar contra um inimigo. Essa suposta comunicação pode ocorrer em qualquer idioma, uma vez que os espíritos falam com eles através dos sonhos.

De acordo com TITECA (2010, p. 73-81), mais do que uma linha-mestra sagrada para os objetivos ideológicos, a ordem espiritual tem também funções estratégicas internas e externas.

Dentro do grupo, o complexo sistema de regras, as quais eram dadas pelos espíritos através do Kony, serve para reforçar a coesão interna. Os indivíduos são motivados e intimidados com punições que os espíritos imporiam se as duras - e frequentemente mutáveis - diretrizes não fossem obedecidas. Além das normas, a vida na selva é preenchida com elementos da tradição dos Acholi, às quais qualquer indivíduo poderia se agarrar. Isso explica, em certa medida, porque os sequestrados não fugiam após a captura.

O relacionamento com o mundo externo também é definido. O primeiro paço para distinguir os aderentes dos externos “impuros” e “corruptos” é aceitar as regras e passar pelos rituais de iniciação, para a limpeza de qualquer “contaminação”, para nascer, dentro da facção, como um lutador. A luta contra o inimigo também é aprimorada pelos rituais e cerimônias, forjando um estado alterado de mente, que dá aos soldados um sentimento de destemor e onipotência, como expresso por um soldado da Força de Defesa do Povo de Uganda: “When we detect the enemy [the LRA] here, unlike other wars, it takes between ten

and thirty bullets to kill them! Whenever they start fighting, they are not themselves – they become something else.".

Em relação à faceta política do ERS, podem-se resumir suas intenções em três pilares: restabelecer a democracia multipartidária no país; revitalizar a economia e os poderes políticos no norte de Uganda; e acabar com a política repressiva contra qualquer um que não concorde com a atual administração, o que inclui o cessar das violações de Direitos Humanos contra a população, em especial, os Acholis.

Tais propostas são de alguma forma, relacionadas às propostas do MES e abertamente apoiadas pelos ugandenses do norte. A população nativa apoiava essas facções em seu início, antes de esses grupos se tornarem contra a comunidade, com brutalidade, na busca por um maior endosso.

De volta à entrevista de Schomerus, Kony explica sua visão política ainda mais:

> I am a freedom fighter who is fighting for freedom in Uganda. But I am not a terrorist […] We want people in Uganda to be free […] We are fighting for democracy, we want people to be a total democracy. We should be free to elect our leader. We want our leader to be elected […] but not a movement like the one of Museveni […] but not to force them by force as it is now happened in Uganda […] I am not the one making trouble in Uganda. That one is not true. […] Many people are now being arrested, many people are being killed. […] Like some other politician was arrested […] who is arresting them? Not me! [It is the] government of Uganda. […] It is Museveni who was bringing problem in Uganda. […] I am also fighting as some other politician is now fighting politically. But I am military position, which is fighting militarily in Uganda. But the problem, the reason why we are fighting, because Museveni is a dictator. He is not doing good things in Uganda. Not working very well in Uganda there, is not a democratic leader.

Tais assertivas sobre a administração de Museveni precisam de explicação adicional. Nas palavras de Andrew Mwenda (2010, p. 55), "the threat from the North was transformed into an opportunity".

Ainda segundo Mwenda (2010, p. 56), nos últimos vinte e cinco anos, a maior parte de Uganda se recuperou economicamente do antigo governo de Idi Amin. As regiões centrais e sulistas do país foram beneficiadas com o crescimento, enquanto o norte experimentou a privação do apoio do Estado, nos campos da educação e saúde, principalmente.

Uma vez que a União Soviética, um antigo aliado ideológico, não podia mais assistir a nação, o melhoramento da economia foi financiado por fundos internacionais, como, por exemplo, dos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para obter essa ajuda, o governo teve que reformar seus gastos de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as demandas do Banco Mundial. Como consequência, o país cresceu rapidamente e se mostrou como um caso de sucesso de reconstrução na África, mas essa conquista teve um alto custo.

A supervisão do FMI e dos doadores internacionais se estende a qualquer setor da administração, com exceção dos gastos militares. De acordo com Mwenda (2010, p. 61),

> The bilateral donors were divided between those countries with a geostrategic interest in the region (the US, the UK and France) and those who main concern was poverty reduction (the Nordic countries, Japan, Belgium, Ireland and the Netherlands). As Uganda acting as a front-line stage in their war against the spread of „Islamic extremism", which later became „war on terror", the US and the UK governments began to use their influence in the IMF, the World Bank and the wider donor community to bolster Museveni"s demands for increased defence spending.

O governo usou as atividades dos rebeldes (tais como o Exército Democrático do Povo de Uganda, o MES e o ERS) como uma desculpa para gastar arbitrariamente no Exército de Resistência Nacional e, assim, desviar capital para enriquecimento pessoal. A corrupção militar cresceu imensamente ao passar dos anos, a ponto de quase dois terços de o exército pessoal ser identificados como "soldados-fantasmas" em 2003.

Dessarte, Museveni se fortaleceu de duas formas: por um lado, a reconstrução política e a estabilidade econômica, com o suporte da população satisfeita ao sul e, por outro lado, o poder militar para derrotar os insurgentes mal-armados ao norte, com seus fracos e amedrontados residentes. Adicione-se a isso a aliança dos doadores e da comunidade internacional.

III. *A História do ELS: os Principais Conflitos e as Peace-Talks*

Houve muitas tentativas de resolução do conflito do Exército de Resistência do Senhor, especialmente, por parte do governo de Uganda. Nas palavras de Tim Allen e Koen Vlassenroot (2010, p. 21):

> The Ugandan government's response to the LRA has shifted back and forth between negotiation and military offensives. (…) President Museveni, in particular, has persistently tried to downplay what has been happening. It seems to have been hard to accept that a spirit cult without a clearly articulated political agenda – or at least a very strange one – could sustain resistance against the well-organized and well-trained NRA.

Em 1991, uma operação militar intensiva, chamada *Operação Norte*, foi montada. Essa operação tentou destruir o ERS, cortando as raízes de apoio da população, através de táticas pesadas. Como parte dessa Operação Norte, uma ministra acholi, chamada Betty Bigombe, criou as *brigadas-flecha*, que consistiam em armar as comunidades em grupos de defesa. A criação dessas brigadas-flecha irritou Kony, que sentiu que não tinha mais o apoio

da população. Como resultado, o ERS respondeu violentamente e centenas de pessoas, que foram vistas como colaboradores do governo, na Operação Norte, foram mutiladas ou mortas.

A Operação Norte foi um fracasso, mas Bigombe conseguiu realizar conversas com o ERS, sobre paz. No curso de cinco encontros com Kony, ela conseguiu um difícil cessar-fogo. Parecia que uma possibilidade real de um acordo de paz seria alcançada, mas a atitude do Presidente Museveni, em relação às conversas, não era nada animadora. Em fevereiro de 1994, Museveni enviou um ultimato aos rebeldes: foram dados sete dias ao ERS para abandonar suas armas e se entregar às forças do governo. Depois do ultimato, o ERS encerrou as negociações e continuou com a insurgência.

Tim Allen e Koen Vlassenroot (2010, p. 22) explicam algumas das motivações para a não resolução do conflito por negociação:

> Although expensive, the war in the north had certain political advantages for [Museveni's] government. The upheavals were contained in a part of the country in which he had no power base. In addition, the horrific violence and weird spirituality of the LRA allowed his government to present the north as a kind of barbaric periphery. He used this to present himself to people in the south as the guarantee that the oppressions of Amin, Obote and Okello would not return. President Museveni himself is from the south-west, and some people in Buganda were eager to replace him with someone else. But who else would protect them from the Acholi and other wild northerners? So it was not necessarily in President Museveni's interests to resolve the war by negotiation, and the much-publicized barbarism of the LRA had its political uses.

Durante uma década, que se iniciou na metade de 1990, o ERS foi fortificado pelo apoio militar do governo do Sudão, que estava retaliando contra o governo de Uganda, pelo apoio dado aos rebeldes, que, atualmente, formam o Sudão do Sul. Com o apoio sudanês, o ERS pôde lançar alguns de seus ataques mais fortes. Assim, o ERS se tornou diretamente envolvido no combate, com o apoio do Presidente do Sudão, Omar Bashir.

Em 1996, o ERS anunciou um breve cessar-fogo, durante as eleições presidenciais de Uganda, propondo, inclusive, parar completamente com o conflito, caso o Presidente Museveni perdesse. Museveni ganhou as eleições com uma grande maioria, apesar de ter recebido poucos votos do norte.

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, contra o território americano, os EUA reforçaram sua guerra contra o terrorismo e incluíram o Exército de Resistência do Senhor na lista de terroristas do *USA Patriot Act*. A lista consiste em grupos e indivíduos proibidos de entrarem nos EUA, devido a prováveis atividades terroristas. (ANSWERS ONLINE, 2013) Os Estados Unidos também propiciaram apoio logístico a uma nova operação, iniciada pelo governo de Uganda e chamada de *Punho de Ferro*. Essa operação consistiu em uma maciça operação militar contra as bases do ERS no Sudão do Sul ou em tentativas de encontrar Kony.

Nas palavras de Tim Allen e Koen Vlassenroot (2010, p. 24),

> President Museveni himself directed the first Iron Fist campaign from a base in the north. With US logistical support, and using helicopter gunships, an estimated ten thousand Ugandan troops were involved. LRA bases in Sudan were destroyed and hundreds of people killed. Understandably, the Ugandan government called those who died „rebels", but many were abducted people, including children. Whatever military objectives were attained in Sudan, for northern Uganda the Operation Iron Fist proved to be a disaster. Kony and almost all of his senior commanders evaded capture, and as fast as abducted people were killed, captured, freed or escaped, others were taken.

Em março de 2004, uma segunda ofensiva da operação Punho de Ferro ocorreu. Essa campanha provou ser mais efetiva do que a primeira, no que concerne a forçar os comandantes do ERS a abandonarem ou liberarem muitos de seus recrutas, assim como as próprias famílias, em alguns casos. Apesar da força da segunda campanha Punho de Ferro, a maioria da parte central e norte de Uganda permaneceram inseguros em ataques do ERS, em pequena escala.

De 2006 a 2008, uma série de encontros ocorrereu em Juba, a capital do Sudão do Sul, entre o governo de Uganda e o ERS. Mais uma vez, uma maneira pacífica de resolver o conflito foi tentada. Em muitos aspectos, as negociações em Juba foram bem sucedidas, mas ainda existiam pontos controversos. O tópico mais polêmico foram os mandatos do Tribunal Penal Internacional, que Kony recebeu, os quais seriam colocados de lado. Kony também esperava mais imunidades à acusação.

Tentativas de persuadir Kony a assinar o acordo de Juba continuaram por 2008 e, em várias ocasiões, existiram relatos de que ele o faria, o que nunca aconteceu. Kony declarou que ele não assinaria o acordo porque ele não havia sido corretamente informado sobre tal acordo, além de não ter sido conduzida uma negociação adequada. Ele queria que as acusações do TPI fossem eliminadas, além de outras demandas, como dinheiro e posição no governo.

Depois da falha nas peace-talks em Juba, Uganda, a República Democrática do Congo e o Sudão do Sul iniciaram uma ofensiva militar contra o ERS na região de Garamba, RDC. Essa ofensiva, chamada *Operação Trovão*, recebeu assistência financeira dos EUA. Os Estados Unidos ajudaram militarmente as fases de planejamento da operação e também apoiaram financeira e tecnicamente, na forma de telefones-satélites e combustível. Os três exércitos, a Força de Defesa do Povo de Uganda, Exército de Liberação do Povo do Sudão e as forças armadas da RDC, destruíram alguns dos refúgios mais importantes de Kony.

Apesar do aparente sucesso, o ERS foi capaz de se esconder em áreas mais seguras e se dividir em grupos menores, para evitar que fossem detectados. A resposta do ERS contra a ofensiva foi aumentar, ainda mais, os ataques contra as populações locais.

Atualmente, não há certeza sobre a localização precisa do ERS. Em março de 2012, Uganda anunciou que lideraria uma nova força militar da União Africana, com quatro países envolvidos: uma brigada de cinco mil homens, incluindo contingentes da RDC, República Centro-Africana e Sudão do Sul, com o intuito de caçar Kony e o restante do ERS. Mesmo assim, o governo de Uganda pediu mais assistência internacional, para ajudar nessa operação. (HINDUSTAN TIMES ONLINE, 2012)

Como também estavam interessados em resolver o conflito, os Estados Unidos enviaram 100 conselheiros militares americanos para ministrar treinamentos militares, assistir o governo de Uganda e prover inteligência, para combater o ERS. (CNN ONLINE) Apesar de todos os esforços, Kony e o ERS continuam foragidos.

IV. *A Crise Humanitária*

Antes de se analisarem as violações de Direitos Humanos[3], por parte do ERS, são necessárias se entender que;

> Human rights are international norms that help to protect all people everywhere from severe political, legal, and social abuses. Examples of human rights are the right to freedom of religion, the right to a fair trial when charged with a crime, the right not to be tortured, and the right to engage in political activity. These rights exist in morality and in law at the national and international levels. They are addressed primarily to governments, requiring compliance and enforcement. The main sources of the contemporary conception of human rights are the Universal Declaration of Human Rights (United Nations, 1948b) and the many human rights documents and treaties that followed in international organizations such as the United Nations, the Council of Europe, the Organization of American States, and the African Union. (STANFORD ENCYCLOPAEDIA OF PHILOSOPHY ONLINE, 2010)

A Declaração Universal dos Direito Humanos[4] (DUDH) das Nações Unidas proclamam que

> Whereas recognition of the inherent dignity and of the equal and inalienable rights of all members of the human family is the foundation of freedom, justice and peace in the world,
> Whereas disregard and contempt for human rights have resulted in barbarous acts which have outraged the conscience of mankind, and the advent of a world in which

[3] Direitos Humanos são normas que protegem a dignidade e os direitos de todos os seres humanos, independentemente da raça, sexo orientação sexual, religião ou classe social.

[4] A (DUDH) é um marco histórico global, estabelecido pela primeira vez princípios universais de proteção aos direitos humanos, a serem adotados por todas as nações. Criada por representantes de diversas tradições jurídicas e culturais foi proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948, em Paris, por meio da resolução217 A (III).

> human beings shall enjoy freedom of speech and belief and freedom from fear and want has been proclaimed as the highest aspiration of the common people,
> Whereas it is essential, if man is not to be compelled to have recourse, as a last resort, to rebellion against tyranny and oppression, that human rights should be protected by the rule of law, […]
> Article 3: Everyone has the right to life, liberty and security of person.
> Article 4: No one shall be held in slavery or servitude; slavery and the slave trade shall be prohibited in all their forms.
> Article 5: No one shall be subjected to torture or to cruel, inhuman or degrading treatment or punishment.
> Article 6: Everyone has the right to recognition everywhere as a person before the law. (NAÇÕES UNIDAS ONLINE, 2013)

Os artigos selecionados relatam os abusos do ERS, feitos contra a população de Uganda e seus países vizinhos. Certamente, o norte de Uganda e os acholis são os mais afetados. De acordo com a organização Human Rights Watch (2012),

> The human toll has been most severe in northern Uganda. Between 1987 and 2006, at least 20,000 Ugandan children were abducted. More than 1.9 million people were displaced from their homes into camps and tens of thousands of Ugandan civilians died. Nearly the entire population of Acholiland was displaced due to a combination of LRA actions and the Ugandan government's forcible resettlement of people in camps. Living conditions in the camps were horrific, and for years communities were largely cut off from basic necessities. The death toll from cholera and other diseases was often higher than from the conflict itself. The LRA remains an immediate menace for the people of South Sudan, Congo, and Central African Republic (CAR). Since September 2008 the LRA has killed more than 2,600 civilians and abducted more than 4,000 other people, many of them children. More than 400,000 people have been displaced from their homes; very few have any access to humanitarian assistance.

Dentre as muitas atrocidades, as quais variam de mutilação facial a escravidão sexual, o grupo de pessoas que mais sofre com o impacto das ações do ERS é o de crianças e adolescentes acholis. Ainda de acordo com a Human Rights Watch (2003),

> The abduction of children is one of the LRA's hallmarks. The LRA abducts children, who are easier to manipulate than adults, to replenish its ranks and forces them into combat. Although the LRA also abducts adults, they are predominately used as porters and rarely become combatants. Abducted children are almost immediately separated from adult abductees. Through mind-control methods that instil fear, and sheer brutality, the LRA initiates children into the group and forces them to undergo what they call "military training." Children are often forced to kill adults or other children who fail to obey the LRA‟s strict rules or try to escape. The killings frequently have a ceremonial nature, with children surrounding the victim in a circle and each taking a turn beating the victim with a large wooden club until the victim dies. Refusal to participate is a death sentence. Girls abducted by the LRA undergo "military training" but are also forced to become "wives" or sexual slaves of LRA fighters. They usually stay with the same fighter during their entire time in captivity. A few of the LRA's leaders were themselves abducted children, most notably Dominic Ongwen, one of the LRA commanders being sought by the ICC.

Relatos da organização dão exemplo do drama vivido pela juventude e população em geral:

> Early on when my brothers and I were captured, the LRA explained to us that all five brothers couldn't serve in the LRA because we would not perform well. So they tied up my two younger brothers and invited us to watch. Then they beat them with sticks until the two of them died. They told us it would give us strength to fight. My youngest brother was nine years old. (Martin P., age thirteen)
> I was scared. There were many bullets fired. I dropped down for safety, but could see the tree leaves falling from the bullets… I didn't shoot, but six rebel soldiers and many abducted children were killed. Over twenty children died. I was running for safety and had to jump over many of the bodies. The youngest was about twelve. (Grace T., age sixteen)

Em uma pesquisa conduzida por Christopher Blattman e Jeannie Annan (2010, p. 146), argumenta-se que o ERS poderia ter abduzido mais de 66 mil pessoas em sua história. Tal estimativa inclui "abduções curtas", nas quais a pessoa não passa mais de duas semanas, sob o domínio do exército, escapando solta ou resgatada.

Em 2005 e 2006, os autores e um time de assistentes locais fizeram uma pesquisa, em 1.016 casas, com 741 homens, em oito subdistritos, nos distritos de Kitgum e Pader. A pesquisa, em suas questões qualitativas, mostrou:

> In addition to violence and disorientation, misinformation was used to promote fear and loyalty. Abductees were told that, if they escaped, rebels would return and kill them or their family Youth forced to kill were also told that they would be exiled from their home communities. […] Finally, spiritual practices were central to motivating recruits – a clear attempt to create new social bonds and loyalty based on a shred cosmology (as well as fear). (BLATTMAN, Christopher; ANNAN, Jeannie. 2010, p. 150)

Como resultado, as identidades individuais foram mudadas e fundidas com as do Kony, como mostra um informante abduzido por dois anos:

> I became like a real soldier. I was spying for them […] there you do things just for survival. I started staying like any of them but I knew in the back of my mind I was just doing it for survival. But for a point I forgot the survival and became a part of them. I was abducting and stealing just like them. (BLATTMAN, Christopher; ANNAN, Jeannie. 2010, p. 151)

Em relação aos abduzidos, que permaneceu por longos períodos, a decisão de escapar é geralmente explicada por como precedida por um momento de "despertar" das afirmações e práticas do Kony, como se lê em:

> When I grew up I started seeing that whatever Kony said was not true. If it were really true then the government could have been overthrown. And here the people he abducted before I was had all escaped. This made me think of escaping which I finally did. (BLATTMAN, Christopher; ANNAN, Jeannie. 2010, p. 152)

Joseph Kony tem uma explanação diferente dos fatos. Ele nega, como nas entrevistas a Mareike Schomerus (2010, p. 131), as acusações de assassinatos e abduções de mais de 15 mil soldados no Sudão, algo que, em sua opinião, não poderia ser feito, por ele não ter estrutura (alimentos, munição, pessoal etc.) para tal. Ao contrário, as pessoas corriam para ele pedindo ajuda contra o que as forças políticas estavam fazendo no país.

Apesar de Kony ser o único que concorda com a versão, é verdade que o governo do país tem sua parte de responsabilidade no desastre humanitário. Quase dois milhões de pessoas foram movidas de suas casas para Campos de Deslocados Internos. De acordo com Mwenda (2010, p. 66),

> Regardless of how people got into the camps (whether by running away from rebels or by forceful eviction by the [NRA] army), the government simply dumped them there and abandoned them. International humanitarian organizations provided people with food, blankets, sanitation and water. Yet, in spite of millions of dollars invested by these organizations in the camps, life remained extremely miserable. Deaths from camp induced conditions such as overcrowding and poor sanitation are estimated to be 1,000 people per week. The camps thus produced an outcome worse than the solution they were intended to provide: they turned out to be a death trap for the civilian population. The rebels did not have the capacity let alone to kill 1,000 civilians a week.

Considerações Finais

O que resta são as possíveis apurações dos fatos e a condenação dos responsáveis. Lembrando que em outubro de 2005, o Tribunal Internacional Penal, na Haia, Países Baixos, enviou mandatos de apreensão de cinco líderes do ERS (Joseph Kony, Vincent Otti, Okot Odhiambo, Dominic Ongwen e Raska Lukwiya) por crimes contra a humanidade e por crimes de guerra, em Uganda, desde julho de 2002.

REFERÊNCIAS

Publicações em Suporte Material:

ALLEN, Tim; VLASSENROOT, Koen. **The Lord's Resistance Army**: myth and reality. Zed Books, 2010.

Publicações Eletrônicas:

Aljazeera. **Profile: The Lord's Resistance Army**. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/africa/2011/10/201110141836419657 6.html>. Acesso em: 6 de jun. de 2013.

Answers. **Patriotic Act Terrorist Exclusion List**. Disponível em: <http://www.answers.com/topic/patriot-act-terrorist-exclusion-list>. Acesso em: 8 jun. 2013.

BBC News. **Uganda Rebel Joseph Kony Target of Viral Campaign Video**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-17295078>. Acesso em: 6 de jun. 2013.

CNN. **Obama orders U.S. troops to help chase down African 'army' leader**. Disponível em: <http://articles.cnn.com/2011-10-14/africa/world_africa_africa-obama-troops_1_obama-orders-south-sudan-central-african-republic?_s=PM:AFRICA>. Acesso em: 8 jun. 2013.

EOnline**. Kony 2012: George Clooney, Angelina Jolie and *You* Asked to Save Africa's Invisible Children From Torture.** Disponível em : <http://www.eonline.com/news/kony_2012_george_clooney_angelina_jolie/299424>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Hindustan Times. **Uganda to Head New Military Force to Hunt for Kony**. Disponível em: <http://www.hindustantimes.com/world-news/Africa/Uganda-to-head-new-military-force-to-hunt-for-Kony/Article1-827332.aspx>. Acesso em: 8 jun. 2013.

Human Rights Watch. **Q&A on Joseph Kony and the Lord's Resistance Army**. Disponível em: <http://www.hrw.org/news/2012/03/21/qa-joseph-kony-and-lords-resistance-army>. Acesso em: 8 jun. 2013.

Human Rights Watch. **Stolen Children**. Disponível em : <http://www.hrw.org/reports/2003/03/28/stolen-children-0>. Acesso em: 8 jun. 2013.

Invisible Children. **Kony 2012**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Y4MnpzG5Sqc>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Human Rights Watch. **Stolen Children**. Disponível em: <http://www.hrw.org/reports/2003/03/28/stolen-children-0>. Acesso em: 8 jun. 2013.

Invisible Children Website. Disponível em: <http://www.invisiblechildren.com/>. Acesso em: 5 jun. 2013.

International Criminal Court. **Warrant of Arrest Unsealed Against Five LRA Commanders**. Disponível em <http://www.icc-cpi.int/menus/icc/situations and cases/situations/situation icc 0204/related cases/icc 0204 0105/press releases/warrant of arrest unsealed against five lra commanders?lan=en-GB>. Acesso em: 8 jun. 2013.

Stanford Encyclopedia of Philosophy. **Human Rights**. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/rights-human/>. Acesso em: 8 jun. 2013.

The Guardian. **Kony 2012 in Numbers**. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/news/datablog/2012/apr/20/kony-2012-facts-numbers>. Acesso em: 5 jun. 2013.

The New York Times. **Viral Video, Vicious Warlord**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/03/15/opinion/kristof-viral-video-vicious-warlord.html>. Acesso em: 5 jun. 2013.

World Peace Foundation. **Don't Elevate Kony**. Disponível em: <http://sites.tufts.edu/reinventingpeace/2012/03/10/dont-elevate-kony/>. Acesso em: 5 jun. 2013.

United Nations. **The Universal Declaration of Human Rights**. Disponível em: <http://www.un.org/en/documents/udhr/>. Acesso em: 8 jun. 2013.